



240

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

80
J
C

HABEAS CORPUS Nº 0003844-61.2010.8.17.0000 (0210082-9)

IMPETRANTE: Bel. Silvio Barreto Peixoto Filho

PACIENTE: Manoel Messias da Silva

RELATOR: ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Patrícia de Fátima O. Torres

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA E OFENSA AO CONTRADITÓRIO EM RAZÃO DE NÃO TER TIDO ACESSO AOS AUTOS DO INQUÉRITO POLICIAL. INOCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO. SÚMULA 78 DO TJPE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. INOCORRÊNCIA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA NECESSIDADE DE ASSEGURAR A ORDEM PÚBLICA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

5729

1. No presente caso, não restou demonstrado que foi negado ao impetrante o acesso aos autos do inquérito policial. Isso porque, o mesmo apenas noticia que se dirigiu por diversas vezes ao juízo de origem, onde lhe era informado que os autos se encontravam em poder da autoridade policial, mas, em nenhum momento afirma, nem tampouco comprova, através da juntada de decisões, que a autoridade impetrada, ou mesmo a autoridade policial, vedou-lhe a análise dos autos. Ademais, o Exmº Magistrado *a quo*, quando do recebimento da denúncia, informou que quebrou o segredo de justiça do processo em questão, valendo ressaltar que já fora intimado o impetrante para responder à acusação, demonstrando-se, assim, que se encontram perfeitamente respeitados o contraditório e a ampla defesa na Ação Criminal em referência;

2. Diante da informação do oferecimento da denúncia, fica superado o alegado excesso de prazo para conclusão do

Am



241

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

inquérito, conforme entendimento já sumulado por este Tribunal de Justiça (Súmula 78, TJPE);

3. A decisão que decretou a prisão preventiva do paciente encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de assegurar a ordem pública, porquanto evidenciada a periculosidade deste, que cometeu o crime mediante emprego de arma de fogo, em face dos seus próprios colegas de trabalho, e aproveitando-se das informações obtidas em razão de trabalhar no estabelecimento vítima;

4. Demonstrada a devida fundamentação da decisão reputada ilegal, que decretou a prisão preventiva do paciente, lastreada na necessidade de manutenção da ordem pública, resta superado o argumento de ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva;

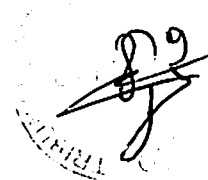
5. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0003844-61.2010.8.17.0000 (0210082-9), em que figura como impetrante o Advogado Silvio Barreto Peixoto Filho, e como paciente Manoel Messias da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia ____ de junho de 2010, por decisão unânime, em denegar ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 02 de junho de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

HABEAS CORPUS Nº 0003844-61.2010.8.17.0000 (0210082-9)

IMPETRANTE: Bel. Silvio Barreto Peixoto Filho

PACIENTE: Manoel Messias da Silva

RELATOR: ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Patrícia de Fátima O. Torres

RELATÓRIO

A presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, foi impetrada pelo Advogado Silvio Barreto Peixoto Filho, em favor de Manoel Messias da Silva, apontando como autoridade coatora o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Capital/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo número NPU 0001465-47.2010.8.17.0001.

Noticia o impetrante que o paciente foi preso no dia 18.01.2010, em razão de mandado de prisão temporária expedido em seu desfavor, custódia que, em 22.01.2010, restou convertida em prisão preventiva, sob a acusação de ter roubado o Hotel Las Brisas, estabelecimento no qual trabalhou na função de cozinheiro, por mais de 17 (dezessete) anos.

Aduz que, na Delegacia de Polícia, o paciente foi constrangido a confessar a prática criminosa, mediante torturas, e, ainda, que a autoridade policial, ao concluir o inquérito, representou pela prisão preventiva do paciente, que veio a ser decretada pela autoridade impetrada, após a oitiva do Ministério Público.

Alega o impetrante a desfundamentação no decreto construtivo, o que ensejaria a revogação da custódia preventiva do paciente, bem como que não estariam presentes, *in casu*, os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, além de o paciente gozar de condições subjetivas favoráveis, tais como, residência fixa, primariedade, bons antecedentes e ocupação lícita.

Argumenta, por fim, o impetrante, que o processo criminal, objeto deste *writ*, corre em segredo de justiça, bem como que não conseguiu cópia dos autos para patrocinar a defesa do paciente, posto que o feito foi protocolado em 22.01.2010 para a autoridade policial que, até a data da impetração desta ordem,

Assinatura manuscrita



243

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

não o devolveu à Vara de Origem. Sustenta ilegalidade decorrente de cerceamento de defesa e ofensa ao contraditório, posto que o processo se encontra a 48 (quarenta e oito) dias sob a posse da autoridade policial, fato que vem causando prejuízos irreparáveis ao paciente, razão pela qual pugna pelo relaxamento da custódia, ante o alegado excesso de prazo.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 07/13.

Decisão Interlocutória, às fls. 19/21, indeferindo o pedido de liminar.

Às fls. 23, consta pedido de desistência do presente *writ*, formulado pelo impetrante, mas que não foi devidamente assinado, tendo, posteriormente, o impetrante informado, no anteverso da referida petição, que já não tinha mais interesse no pleito de desistência, razão pela qual não foi o mesmo analisado.

Instada a se pronunciar, a autoridade indicada como coatora apresentou as informações de fls. 29/30.

Informações complementares foram por mim solicitadas através do Despacho de fls. 32, tendo a autoridade apontada como coatora as prestado por meio do ofício constante às fls. 38, acompanhado dos documentos de fls. 39/67.

Em parecer de fls. 72/76, a Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Patrícia de Fátima O. Torres, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

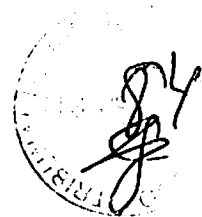
Busca-se no presente remédio constitucional o acesso aos autos da Ação Penal nº 0001465-47.2010.8.17.0001, a que responde o paciente, porquanto, em razão do estado de sigilo decretado, bem como do excessivo prazo em que referidos autos se encontrariam sob a posse da autoridade policial, estaria o impetrante impossibilitado de retirar cópia do processo para patrocinar

Immm

2



244



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

a defesa do paciente, o que ensejaria ilegalidade decorrente de cerceamento de defesa e ofensa ao contraditório, além de excesso de prazo para a remessa do inquérito ao juízo de origem.

Pretende-se, também, a revogação da prisão preventiva decretada, em razão da ausência de fundamentação do decreto constritivo, bem como em razão de não estarem presentes, *in casu*, os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, além de o paciente gozar de condições subjetivas favoráveis, tais como, residência fixa, primariedade, bons antecedentes e ocupação lícita.

Pois bem.

No que pertine à alegada ofensa ao contraditório, verifico que razão não possui o impetrante.

Quando da irresignação constante no presente *habeas corpus*, diferentemente do que alega o impetrante, os fatos estavam sendo apurados em inquérito policial, que ainda não havia sido encerrado, ocasião em que teve o paciente decretada, primeiramente, a sua prisão temporária, em 14.01.2010, e, depois, a prisão preventiva, em 22.01.2010.

Por se tratar o inquérito policial de procedimento administrativo, tipicamente inquisitivo, a ele não se aplicavam as regras do contraditório e da ampla defesa. Entretanto, é certo também, que o advogado constituído pelo indiciado pode ter acesso aos autos do inquérito, desde que limitado aos documentos já disponibilizados.

No presente caso, no entanto, não restou demonstrado que foi negado ao impetrante o acesso aos autos do inquérito policial. Isso porque, o mesmo apenas noticia que se dirigiu por diversas vezes ao juízo de origem, onde lhe era informado que os autos se encontravam em poder da autoridade policial, mas, em nenhum momento afirma, nem tampouco comprova, através da juntada de decisões, que a autoridade impetrada, ou mesmo a autoridade policial, vedou-lhe a análise dos autos.

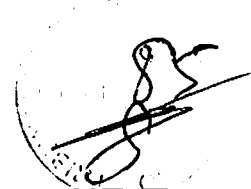
Tendo em vista que não foi comprovada a negativa específica ao impetrante do acesso aos autos investigatórios, não há justa causa para tal irresignação.

Immm

Assinatura manuscrita e número 3



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA



Ademais, o Exmº Magistrado *a quo*, quando do recebimento da denúncia, informou que quebrou o segredo de justiça do processo em questão, valendo ressaltar que já fora intimado o impetrante para responder à acusação, demonstrando-se, assim, que se encontram perfeitamente respeitados o contraditório e a ampla defesa na Ação Criminal em referência.

Da mesma maneira, verifico que houve um relativo prolongamento no prazo para a remessa do inquérito policial ao juízo de origem, mas que, entretanto, está superado, em razão de já ter sido oferecida e recebida a denúncia, conforme entendimento já sumulado por este Tribunal de Justiça, *in verbis*:

“Súmula 078. Oferecida a denúncia, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial.”

Assim, não há que se falar, também, em excesso de prazo para a conclusão do inquérito policial, configurador de constrangimento ilegal, porquanto já superado com o oferecimento da denúncia.

Quanto à alegada desfundamentação do decreto construtivo, bem como da ausência das hipóteses autorizadoras da prisão preventiva, melhor sorte não possui o impetrante, senão vejamos:

Consta das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, que o paciente, no dia 27.12.2009, por volta das 17:40h, no Motel Las Brisas, situado à Av. Recife, Jardim São Paulo, subtraiu do citado estabelecimento, fazendo uso de arma de fogo, e mediante o emprego de violência e grave ameaça, a quantia de cerca de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

O paciente chegou ao Motel Las Brisas em um táxi, aparentando se tatar de um cliente, entrou em um apartamento que se encontrava em reforma, acessando em seguida as dependências internas do estabelecimento, onde se apresentou, usando uma touca e um capacete, e portando um revólver, rendeu os funcionários, se apossou do dinheiro que havia no caixa, bem como dos valores que ficavam guardados em um móvel com uma frente falsa, - que só tinha conhecimento da existência em razão de trabalhar no local por cerca de 18 (dezoito) anos, - colocou o montante no interior de uma bolsa que portava, e evadiu-se do local.



246

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

O Ministério Público, quando instado a opinar a respeito da representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva do paciente, assim se manifestou:

"In casu, tal medida é imprescindível para as investigações do inquérito policial, possibilitando obter, com maior segurança e detalhamento, evidências que apontem as circunstâncias em que o crime foi perpetrado, bem como possíveis partícipes. O denunciado denota ser pessoa fria e de alta periculosidade, pois cometeu o crime de roubo contra seu patrão, usando de violência contra seus próprios colegas de trabalho, inclusive camuflou seu rosto para não ser reconhecido, e usou arma de fogo para a prática." (fls. 62/63)

Vale ressaltar que, quando do oferecimento da denúncia, o Órgão Acusador manteve o mesmo entendimento, punando pela manutenção da prisão preventiva já decretada em desfavor do paciente, para a garantia da ordem pública (fls. 40).

Seguindo o posicionamento do Ministério Público, o Exmº Magistrado *a quo*, entendeu por bem decretar a prisão preventiva do paciente, ofertando os seguintes fundamentos:

"De acordo com o que foi investigado até então, o representado é efetivamente o autor do crime em apuração, havendo, inclusive, prova testemunhal e documental da materialidade da investida contra o motel. Investindo inclusive contra o seu próprio patrão. Contra o seu próprio ambiente de trabalho, sob a inaceitável justificativa de assim agir por necessidade financeira. (...) A avalanche da criminalidade, principalmente contra o patrimônio, tem tomado proporções avassaladoras, e, o aparelho estatal apresenta-se impotente à sua obstrução. (...) Assim, entendo necessário um '*basta*' em tais ações, sendo, para tanto, imprescindível que se detenha quanto possível a marcha das investidas criminosas. Ante o exposto, defiro o pedido para: decretar, assim como decretada tenho, a custódia preventiva de Manoel Messias da Silva, com fulcro nos arts. 311 e 312

5



247

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

87

do CPP, expedindo em seu desfavor o competente mandado de prisão, e determinando o seu recolhimento inicialmente ao COTEL, e após, ao Presídio Professor Aníbal Bruno, à disposição deste Juízo.” (fls. 64/65)

Do acima exposto, verifico que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de assegurar a ordem pública, porquanto evidenciada a periculosidade deste, que cometeu o crime mediante emprego de arma de fogo, em face dos seus próprios colegas de trabalho e aproveitando-se das informações obtidas em razão de trabalhar no estabelecimento vítima.

Demonstrada a devida fundamentação da decisão reputada ilegal, que decretou a prisão preventiva do paciente, lastreada na necessidade de manutenção da ordem pública, resta superado o argumento de ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Em que pese a afirmativa de que a paciente teria direito à liberdade provisória, pelo simples fato de possuir condições subjetivas favoráveis, tal não merece guarida, diante da impossibilidade de concessão do referido benefício, quando presente um dos requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pela **denegação da ordem**.

É como voto.

Recife, 02 de junho de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator